

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A memória da velhice como insurgência epistemológica e política no currículo crítico: contribuições da história oral para a formação docente decolonial

Luiz Fernando de Oliveira, Larissa Alves de Azevedo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16171>

Submetido em: 2026-05-18

Postado em: 2026-05-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

A MEMÓRIA DA VELHICE COMO INSURGÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E POLÍTICA NO CURRÍCULO CRÍTICO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE DECOLONIAL

LARISSA ALVES DE AZEVEDO *

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7427-4236>

<larissa.azevedo3@estudante.ufla.br>

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA **

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2532-1831>

<luizfernandodeoliveira@gmail.com>

* Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras (PPGE-UFLA).

** Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras (PPGE-UFLA).

RESUMO: Este artigo analisa as contribuições das memórias de pessoas idosas para a formação docente no campo do currículo crítico. O objetivo é compreender de que modo narrativas de vida de mulheres idosas institucionalizadas podem contribuir para problematizar racionalidades formativas tecnicistas e ampliar os referenciais epistemológicos da formação de professores. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica fundamentada nos estudos da memória social, na história oral e em perspectivas decoloniais do currículo. O estudo foi desenvolvido a partir do projeto “Baú da Memória”, realizado na Vila Vicentina de Lavras (MG), envolvendo rodas de conversa mediadas por objetos evocativos e entrevistas narrativas com nove idosas residentes da instituição. As narrativas foram analisadas à luz da história oral crítica e da sociologia das ausências e emergências, buscando identificar sentidos atribuídos à experiência, à memória e à educação. Os resultados indicam que a incorporação dessas narrativas na formação docente possibilita reconhecer saberes historicamente invisibilizados, favorecendo processos de justiça epistêmica e ampliando a compreensão do currículo como espaço de produção de sentidos e disputas simbólicas. Conclui-se que o diálogo intergeracional pode constituir um importante dispositivo formativo para práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

Palavras-chave: currículo crítico, formação docente, história oral, memória, velhice.

THE MEMORY OF OLD AGE AS EPISTEMOLOGICAL AND POLITICAL INSURGENCY IN THE CRITICAL CURRICULUM: CONTRIBUTIONS OF ORAL HISTORY TO DECOLONIAL TEACHER TRAINING

ABSTRACT: This article analyzes the contributions of older adults' memories to teacher education within the field of critical curriculum studies. The objective is to understand how life narratives of institutionalized elderly women may contribute to problematizing technicist rationalities in teacher education and expanding the epistemological references of teacher formation. This is a theoretical-empirical study grounded in social memory studies, oral history, and decolonial perspectives on curriculum. The research was developed through the project "Baú da Memória" (Memory Chest), carried out at Vila Vicentina in Lavras, Minas Gerais, Brazil, involving conversation circles mediated by evocative objects and narrative interviews with nine elderly women residing in the institution. The narratives were analyzed through the perspective of critical oral history and the sociology of absences and emergences, seeking to identify meanings attributed to experience, memory, and education. The results indicate that incorporating these narratives into teacher education enables the recognition of historically marginalized knowledge, fostering processes of epistemic justice and expanding the understanding of curriculum as a space of meaning-making and symbolic disputes. It is concluded that intergenerational dialogue can constitute an important formative device for critical and context-sensitive pedagogical practices.

Keywords: critical curriculum, teacher education, oral history, memory, old age.

LA MEMORIA DE LA VEJEZ COMO INSURGENCIA EPISTEMOLÓGICA Y POLÍTICA EN EL CURRÍCULO CRÍTICO: CONTRIBUCIONES DE LA HISTORIA ORAL A LA FORMACIÓN DOCENTE DECOLONIAL

RESUMEN: Este artículo analiza las contribuciones de las memorias de personas mayores a la formación docente en el campo del currículo crítico. El objetivo es comprender de qué manera las narrativas de vida de mujeres mayores institucionalizadas pueden contribuir a problematizar racionalidades formativas tecnicistas y ampliar los referentes epistemológicos de la formación de profesores. Se trata de una investigación teórico-empírica fundamentada en los estudios de la memoria social, la historia oral y las perspectivas decoloniales del currículo. El estudio se desarrolló a partir del proyecto "Baú da Memória", realizado en la Vila Vicentina de Lavras (MG, Brasil), mediante círculos de conversación mediados por objetos evocadores y entrevistas narrativas con nueve mujeres mayores residentes de la institución. Las narrativas fueron analizadas a la luz de la historia oral crítica y de la sociología de las ausencias y las emergencias, buscando identificar los sentidos atribuidos a la experiencia, la memoria y la educación. Los resultados indican que la incorporación de estas narrativas en la formación docente permite reconocer saberes históricamente invisibilizados, favoreciendo procesos de justicia epistémica y ampliando la comprensión del currículo como un espacio de producción de sentidos y disputas simbólicas. Se concluye que el diálogo intergeneracional puede constituir un importante dispositivo formativo para prácticas pedagógicas críticas y contextualizadas.

Palabras clave: currículo crítico, formación docente, historia oral, memoria, vejez.

INTRODUÇÃO

No crepúsculo das metanarrativas da modernidade, o envelhecimento populacional ascende não apenas como variável demográfica, mas como um dos eixos de força estruturantes das metamorfoses sociais contemporâneas. Longe de encerrar-se na frieza das estatísticas, tal fenômeno engendra impactos profundamente assimétricos sobre as gramáticas políticas, culturais e simbólicas que ordenam a alteridade, ecoando com vigor tanto nos centros hegemônicos quanto nas margens do capitalismo tardio. Fruto de uma complexa confluência entre a sofisticação da tecnociência médica, a retração da fecundidade e a reorientação das lógicas laborais, a longevidade expandida transcende a mera mutação da pirâmide etária. Ela incide, precipuamente, sobre os modos pelos quais a experiência humana é narrada, governada e tornada inteligível, tensionando os regimes de visibilidade e as economias do saber que sustentam as instituições modernas, notadamente as instâncias de formação docente e os dispositivos curriculares que as operacionalizam.

É nesse horizonte de exaustão do modelo linear de temporalidade que o presente trabalho se inscreve. Propõe-se aqui o escrutínio de como as memórias de sujeitos idosos, perscrutadas sob a égide da história oral crítica, podem atuar como potências epistemológicas e vetores políticos no campo da formação de professores. O problema que subjaz a esta reflexão excede a denúncia da marginalidade temática da velhice; ele interroga as condições de possibilidade que sancionam quais sujeitos e quais temporalidades gozam de legitimidade na ágora acadêmica. Sustenta-se a tese de que o ethos formativo, historicamente acorrentado a uma teleologia juvenilista e a psicologias do desenvolvimento fixadas na infância. Sob o signo de um Chronos produtivista, instaura-se um ponto cego que obscurece a ancestralidade e a velhice como fontes de saber. Essa invisibilização articula-se àquilo que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina produção de inexistências, mediante a qual determinados sujeitos e experiências são deslocados para fora do campo do conhecimento legítimo.

Nesse diapasão, a velhice se despe de sua roupagem como fase residual do ciclo vital para converter-se em uma posição social em disputa, um território de insurgências onde as intersecções de classe, raça e gênero reconfiguram a ontologia do existir. Tal deslocamento exige o enfrentamento de categorias essencialistas que associaram o envelhecer à abjeção da improdutividade ou ao inevitável declínio biológico. Tais enquadramentos, operando como autênticos regimes de verdade, instituem clivagens entre os saberes chancelados pela razão indolente e os saberes da experiência vivida, perpetuando o que Boaventura de Souza Santos (2002) circunscreve como uma produção ativa de ausências, um desperdício da riqueza social que culmina em um severo epistemicídio geracional.

Todavia, malgrado a emergência de novos discursos sobre a longevidade, a senescência permanece, em larga medida, capturada por enunciados de estirpe biomédica e funcionalista. Esses discursos reduzem a complexidade do envelhecer a uma problemática de gestão do risco, obliterando sua espessura histórica. Na formação docente, tal racionalidade instrumental

transmuta-se em currículos que operam como tecnologias de ordenamento, privilegiando o saber enciclopédico em detrimento de temporalidades não lineares. Sob a mirada de Antônio Nóvoa (1995), esse modelo aliena o docente de sua condição de autor, fragilizando sua autonomia e desidratando a historicidade da práxis. A exclusão das memórias idosas configura-se, portanto, como sintoma de uma arquitetura curricular que hierarquiza a dignidade do saber a partir de sua utilidade mercadológica imediata.

A memória é aqui assumida como operador analítico central, uma prática social situada, irremediavelmente atravessada por vetores de poder. Maurice Halbwachs (1990) sustenta que a memória é sempre socialmente mediada. No ocaso da vida, sob a lente de uma gerontologia educativa radical, essa memória adquire uma densidade ontológica singular: ela condensa trajetórias de resistência que desestabilizam as versões oficiais da história escolar. Ao convocar a história oral como perspectiva teórico-ética, busca-se um deslocamento dos critérios de validação do conhecimento, instaurando um exercício de alteridade profunda que Walter Benjamin (2012) e Paul Ricoeur (2007) situam no cerne da hermenêutica da existência.

Para dar fôlego a essa teorização, o presente artigo ancora-se nas tensões empírico-teóricas emanadas do projeto Baú da Memória¹, sediado na Vila Vicentina da cidade de Lavras, Minas Gerais. A imersão em campo não se presta aqui à mera ilustração de teses preestabelecidas, mas constitui-se como o acontecimento pedagógico que convoca a teoria ao autoquestionamento. Trata-se de uma reflexão forjada na alteridade da escuta de sujeitos cujas trajetórias, sulcadas por marcas de classe e territorialidade, impõem uma revisão urgente dos critérios de reconhecimento na formação de professores.

A título de contextualização, A Vila Vicentina de Lavras consiste em uma instituição filantrópica vinculada à Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), dedicada ao acolhimento de mulheres idosas em situação de vulnerabilidade social. Fundada há mais de um século, insere-se na tradição das práticas assistenciais de matriz católica, nas quais a caridade, a solidariedade e o cuidado comunitário se articulam como formas históricas de proteção social. Para além de sua função de moradia, a instituição configura-se como um espaço de sociabilidade, amparo material e suporte espiritual, revelando a permanência e a reinvenção das iniciativas filantrópicas no campo da assistência e do cuidado à velhice no contexto local².

Inscrito em referenciais pós-críticos e de matriz decolonial, este trabalho almeja oferecer três contribuições axiais: (i) A proposição da justiça epistêmica na velhice, situando a memória idosa como baluarte contra o silenciamento curricular e a subalternização dos saberes experienciais; (ii) O deslocamento ontológico do currículo, elevando a memória da condição de apêndice ilustrativo ao estatuto de categoria que problematiza a própria arquitetura temporal da pedagogia;

¹ O Baú da Memória é um projeto desenvolvido na Vila Vicentina de Lavras, que articula ações de extensão vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação da (informação a ser acrescida posteriormente, a fim de não identificar a autoria deste trabalho). A iniciativa dedica-se à escuta e ao registro das memórias de vida de mulheres idosas residentes na instituição, especialmente aquelas relacionadas às suas trajetórias escolares, contribuindo para a valorização da memória coletiva e para reflexões formativas no campo da educação. O presente artigo traz elaborações parciais oriundas desse projeto.

² O sítio oficial da SSVP na internet apresenta detalhadamente a instituição, seus projetos e contatos: <<https://www.ssvpbrasil.org.br/>> - Mais recente acesso em 14 de março de 2026.

(iii) A articulação de uma pedagogia da ancestralidade, sistematizando o nexos entre os estudos da memória social e a descolonização da formação docente.

Ao confrontar o apagamento sistemático da experiência idosa, este estudo não se limita a propor uma agenda temática ao currículo, mas visa implodir a hegemonia do tempo produtivo, radicalizando a interrogação sobre quem detém a autoridade magistral e quais temporalidades o saber docente deve abraçar para instituir-se, plenamente, como ato de liberdade e emancipação.

Em busca do delineamento conceitual da memória

Nas últimas décadas, a memória foi progressivamente arrancada de uma psicologização estritamente individual para ser reconhecida como uma práxis social, histórica e discursivamente situada. Tal viragem implica compreendê-la não como um repositório inerte de reminiscências, mas como um processo incessante de produção de sentidos, irremediavelmente atravessado por regimes de visibilidade e economias de saber. Nessa perspectiva, o ato de lembrar prescinde de qualquer neutralidade; constitui uma operação socialmente mediada, inscrita em contextos de saturação histórica e condicionada por enquadramentos coletivos que delimitam as fronteiras do dizível e do silenciável (Halbwachs, 1990).

Uma vez assentada essa premissa, a memória ascende ao estatuto de dispositivo de insurgência epistemológica. Quando grupos sociais têm suas experiências sistematicamente obliteradas pelos discursos logocêntricos da modernidade, a memória emerge como o que Michael Pollak (1989) define como vozes “subterrâneas”. Estas não apenas revelam as lacunas da historiografia oficial, mas denunciam os dispositivos de censura que autorizam certas narrativas enquanto condenam outras ao aniquilamento simbólico. Assim, a memória configura-se como um território de disputa onde se definem os contornos da validade científica e o próprio estatuto do que é ser “educável”.

É nesse campo de tensões biopolíticas que a velhice se enuncia. Longe de ser uma etapa residual do ciclo vital, a senescência constitui uma posição ontológica em disputa, sulcada por assimetrias de classe, gênero e raça. Como já advertia Simone de Beauvoir (1990), o envelhecer é capturado por uma semântica da obsolescência, resultando em processos de desqualificação que incidem diretamente sobre a autoridade do dizer. No campo educacional, tal enquadramento relega a velhice a um lugar de mudez, tratando suas narrativas como saberes secundários, folclóricos ou meramente confessionais, desprovidos de rigor heurístico.

Nesse sentido, as contribuições de Ecléa Bosi (1994; 2003) são seminais ao demonstrar que as memórias da velhice condensam processos históricos que escapam aos arquivos estatais. Todavia, no exercício crítico próprio à formação em nível de pós-graduação, impõe-se reconhecer na memória do idoso um anacronismo insurgente: ao convocar temporalidades que colidem com o presentismo exaustivo da técnica, conforme formulado por François Hartog (2013), essa perspectiva permite ao docente estranhar a pretensa naturalidade do agora e desestabilizar sua aparência de evidência. Ao resgatar o que Walter Benjamin (2012) denomina *Jetztzeit*, o tempo do agora, essa memória estilhaça o continuum da história oficial, agindo como uma interrupção

messiânica que permite escovar a história a contrapelo, vislumbrando modos de existência que a voracidade mercantil do currículo costuma soterrar.

No limiar de 2026, esse estranhamento torna-se um imperativo pedagógico diante da hipertrofia da Inteligência Artificial e da crescente padronização algorítmica, que ameaçam converter a subjetividade docente em mero processamento de dados preditivos. A desalgoritmização do humano pode, assim, ser compreendida como um gesto ético e formativo de resistência à captura da experiência pela lógica da previsão e da eficiência, reabilitando a contingência, a ambiguidade e a historicidade da existência. Frente à aceleração tecnocrática, a memória da velhice emerge como força disruptiva: enquanto a IA se nutre da reprodutibilidade técnica e da recorrência probabilística, a narrativa idosa impõe o imponderável da experiência vivida, a densidade do erro e a sabedoria da imperfeição. Incorporar as memórias da velhice implica reconhecê-las como saberes situados e corporificados, reivindicando a legitimidade de conhecimentos que, por serem localizados, encarnados e sulcados pelo tempo, resistem à homogeneização das plataformas digitais, conforme entende Donna J. Haraway (2009).

O corpo envelhecido, portanto, não é uma abstração biológica; é um lugar-de-enunciação que traz para o epicentro o corpo-território, portador das cicatrizes do trabalho e da colonialidade, exigindo do formador uma postura de tradução intercultural que evite a captura predatória da experiência alheia (Azevedo; Veloso, 2025). No campo da formação docente, tal debate transborda a técnica pedagógica para tornar-se um imperativo ético. Sob a égide de Paulo Freire (1996), a experiência vivida é o núcleo da construção do conhecimento, desde que submetida à problematização da consciência histórica. As memórias da velhice operam como denúncia contra o caráter desistoricizado de currículos que ignoram a ancestralidade, confrontando modelos normativos com a vivacidade do tempo espiralar e o reconhecimento da pluralidade de tempos que coabitam a escola.

Entretanto, o labor com a memória exige uma vigilância reflexiva ininterrupta. Como adverte Jorge Larrosa (2002; 2022), a experiência só se torna formativa quando submetida à elaboração do pensamento. É imperativo transcender a romantização metafísica do idoso: suas memórias são territórios de contradição, habitados por traumas e nostalgias conservadoras, tanto quanto por resistências. Uma abordagem de excelência acadêmica exige, portanto, uma escuta clínica e política, reconhecendo que a memória não é uma verdade fossilizada, mas um campo de problematização permanente onde o encontro entre o logos acadêmico e o saber da experiência deve engendrar novos sentidos, sem obliterar a radical alteridade do narrador.

É nesse interstício que a história oral é mobilizada como estratégia epistemológica, recusando sua redução a um mero ferramental técnico. Ao reconhecer a dimensão relacional da lembrança, a história oral franqueia o acesso a silêncios estruturais, fornecendo o rigor analítico necessário para sua desconstrução (Oliveira 2013; 2015; 2016; 2017; Oliveira; Portes, 2014). As categorias aqui discutidas, silenciamento, saberes situados e regimes de verdade, não são apenas teóricas; elas constituem a bússola que orienta a imersão no projeto Baú da Memória, permitindo desvelar como as vozes da Vila Vicentina disputam os sentidos da educação contemporânea frente ao império do datismo.

À guisa de síntese epistemológica, ao dialogar com a justiça epistêmica, o presente trabalho insurge-se contra as monoculturas do saber, como as entende Boaventura de Souza Santos (2010). Reconhece-se que a inclusão da memória da velhice é o passo ético fundamental para repensar a formação docente em 2026. Trata-se de um esforço analítico para romper com o desperdício da experiência social e fundar uma produção de conhecimento onde o saber da velhice, enquanto prática de reexistência e transgressão pedagógica (Larrosa, 2002; 2022), seja o eixo em torno do qual se reorganiza a arquitetura dos currículos do futuro, devolvendo à educação a densidade histórica que o algoritmo não pode processar.

Entre a informação e a narrativa: a história oral como fricção e insurgência temporal

No terreno das ciências humanas, a história oral consolidou-se como uma perspectiva teórico-metodológica que transgride sua compreensão rudimentar como técnica de prospecção de dados, afirmando-se como uma prática epistemológica, ética e política de co-construção do real (Oliveira 2013; 2015; 2016; 2017; Oliveira; Portes, 2014). Tal consolidação exige problematizar os regimes de verdade historicamente instituídos, os quais operam clivagens sobre quais sujeitos e quais saberes gozam de cidadania no interior das narrativas científicas. Nesse sentido, a história oral não se circunscreve ao registro de depoimentos; ela intervém na própria arquitetura do saber ao tensionar paradigmas positivistas e coloniais, franqueando a emergência de epistemologias situadas, socialmente enraizadas e ontologicamente plurais.

Essa inflexão opera um deslocamento radical no estatuto da narrativa, que deixa de ser um acessório ilustrativo da empiria para ser reconhecida como a forma fundamental de elaboração da experiência humana. Conforme o vaticínio de Walter Benjamin (2012), a modernidade tardia engendra um empobrecimento da experiência ao substituí-la pela informação, reduzindo o fluxo vital a dados fragmentados. Em 2026, sob a égide de uma datificação onipresente, onde o docente é frequentemente exilado na função de gestor de algoritmos curriculares, a narrativa do idoso atua como uma fricção temporal. Ela reintroduz a lentidão e a espessura da experiência onde a racionalidade instrumental impõe a vertigem da informação efêmera. Trata-se de uma colisão entre o tempo linear da produtividade e o tempo espiralar da memória, permitindo a transmissão de saberes que escapam, por natureza, às métricas de desempenho.

Nesse horizonte, as narrativas de sujeitos idosos adquirem uma relevância analítica específica. Longe de configurarem exercícios de nostalgia estéril, tais narrativas constituem práticas discursivas complexas, sulcadas por processos de seleção e interpretação. Se a memória na velhice é um trabalho ativo de reconstrução (Bosi, 1994; 2003), na história oral esse labor torna-se radicalmente colaborativo e agonístico. Emerge aqui o que Michael Frisch (1990) denomina *shared authority*, processo que exige que o docente em formação abdique da soberania do especialista para negociar significados. Essa partilha não é uma concessão pacífica, mas uma disputa ética na qual o narrador idoso, como sujeito de resistência, convoca o pesquisador a uma humildade epistemológica que impede a captura colonial da sua experiência pela linguagem acadêmica.

Essa compreensão expande-se ao evidenciarmos que toda narrativa se ancora em quadros sociais (Halbwachs, 1990), mas é no atrito intergeracional que esses quadros são desnaturalizados.

A história oral permite ao docente compreender como trajetórias singulares mimetizam processos macroestruturais, desvelando uma educação nas frestas e saberes produzidos na exterioridade da escola formal. Tal postura impõe o reconhecimento da memória como uma prática do testemunho, tensionada entre a lembrança, o esquecimento e a hermenêutica (Ricoeur, 2007), exigindo uma escuta que reconheça os testemunhos como construções de sentido forjadas no encontro relacional e na vulnerabilidade da palavra partilhada.

No âmbito da formação docente, a articulação entre história oral e memória configura-se como um dispositivo formativo insurgente ao constituir o que se pode designar como um currículo narrativo. Divergente das prescrições burocráticas, este é um território em rede onde os saberes docentes, concebidos por Maurice Tardif (2014) como plurais e heterogêneos, são confrontados com as trajetórias de vida e os saberes territoriais das pessoas idosas.

Nesse diapasão, Antônio Nóvoa (1995) sustenta que a formação docente se edifica na reflexão crítica sobre a história de vida. A história oral, ao promover encontros mediados pela escuta qualificada, transmuta o ato educacional em uma prática ética fundada no diálogo (Freire, 1996; Oliveira 2020a; 2020b; 2023). Essa inflexão dialoga diretamente com a justiça epistêmica: conforme Boaventura de Souza Santos (2019), o reconhecimento de saberes produzidos fora dos eixos hegemônicos é a *conditio sine qua non* para combater o epistemicídio. Integrar as memórias da velhice à formação opera uma tradução intercultural que não intenta validar o saber do idoso sob o crivo da ciência moderna, mas promover uma ecologia de saberes onde o conhecimento acadêmico é desestabilizado pela sabedoria das subjetividades idosas.

À guisa de síntese epistemológica, a história oral constitui-se como dispositivo formativo quando logra desnaturalizar verdades instituídas e ampliar a compreensão dos processos educativos como construções sociais marcadas pela conflitualidade. À luz dessas considerações, a análise das narrativas coletadas no projeto Baú da Memória, detalhada na seção subsequente, permitirá apreender de que modo tais vozes operam como vetores de transformação, reafirmando a premência de abordagens comprometidas com a justiça social e cognitiva em sua dimensão mais radical e insurgente.

Escuta e alteridade: mediações metodológicas e a densidade ontológica da senescência

A operacionalização deste estudo transcende a aplicação instrumental de protocolos investigativos; ela fundamenta-se na história oral como prática epistemológica de fronteira, orientada pela escuta sensível e pela problematização crítica de existências socialmente situadas. O percurso investigativo buscou traduzir o imperativo ético da *shared authority* (Frisch, 1990) em procedimentos que reconhecem a memória da velhice não como um objeto de escavação arqueológica, passivo e pretérito, mas como um fundamento político-pedagógico pulsante. Nesse horizonte, a formação docente é interpelada a desbordar o domínio de repertórios puramente didáticos, sendo convocada a habitar as temporalidades da longa duração e a reconhecer a legitimidade de saberes que emergem das fraturas da modernidade.

Tal teorização não emerge do vazio, mas ancora-se nas tensões emanadas do projeto Baú da Memória, sediado na Vila Vicentina de Lavras. Este território, inserido na tradição secular da

Sociedade de São Vicente de Paulo, não configura apenas um cenário de acolhimento; é um espaço marcado por tensões biopolíticas históricas entre a ética do cuidado e a institucionalização de corpos sentenciados ao ostracismo social. A imersão em campo consistiu na constituição de rodas de conversa mediadas por objetos evocativos, disparadores anamnésicos como fotografias amareladas e ferramentas gastas que operaram como uma suspensão heterotópica da rotina burocrática. Nelas, seis idosas, cujas trajetórias personificam subjetividades da resistência, tiveram a oportunidade de se ocupar da recuperação da soberania da palavra. Tal experiência não se presta à mera ilustração de teses, mas constitui-se como o acontecimento pedagógico que convoca a teoria ao autoquestionamento e impõe uma revisão urgente dos critérios de reconhecimento na formação docente.

Conforme postula Ecléa Bosi (1994; 2003), o objeto evocado na velhice funciona como uma âncora ontológica que resiste à entropia do tempo. Nesta mediação, opera-se uma justiça material: o artefato deixa de ser coisa para converter-se em relíquia e patrimônio subjetivo (Freire, 2021), permitindo que a idosa, através da conjunção entre o toque e o relato, reafirme-se como sujeito-da-experiência frente à mirada do docente em formação.

Para o futuro educador, esse encontro institui uma pedagogia do rastro: inspirada na noção de rastro elaborada por Jacques Derrida (2008), ela compreende a formação como leitura de vestígios, de marcas e de ausências que atravessam o tempo, deslocando o ensino da lógica da transmissão para a escuta do que persiste como diferença. O contato com a materialidade da lembrança convoca, assim, a imaginação histórica e confronta o professor com a densidade de existências que a racionalidade instrumental rotulou como obsoletas. Complementarmente, as entrevistas individuais visam aprofundar as trajetórias que eclodiram no coletivo, preservando a oralidade como o lugar onde reside, conforme Walter Benjamin (2012), o conselho que emana do rastro do vivido. Nesse processo, buscou-se uma textualização que preservasse a fidelidade performática, evitando que o rigor acadêmico operasse uma segunda institucionalização das idosas por meio do silenciamento de seus ritmos.

Compreendeu-se que as hesitações e os silêncios da senescência não constituem lacunas de dados, mas uma zona de inefabilidade que exige do docente o que René Barbier (2002) denomina como uma escuta do sensível, além de um compromisso ético de não colonizar a fala alheia. Trata-se de assumir a perda inevitável que toda tradução da experiência comporta, reconhecendo no silêncio uma plenitude de sentido que a semântica acadêmica, por vezes, é incapaz de capturar.

A relevância dessa incursão metodológica para a formação docente reside na capacidade de desestabilizar o eterno agora das políticas educacionais através de uma anacronia disruptiva. Ao escutar a idosa, o futuro professor reconhece que a educação é um fenômeno pluritópico, devolvendo ao currículo sua densidade histórica³.

³ Ressalte-se que a investigação seguiu rigorosamente os preceitos éticos contemporâneos, tendo sido chancelada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da (informação a ser acrescida posteriormente, a fim de não identificar a autoria deste trabalho) em dezembro de 2025, garantindo o anonimato e a integridade das participantes através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Sob este prisma de convergência teórica, a história oral constitui-se aqui como um campo de problematização ontológica é um ato de desobediência civil contra o produtivismo algorítmico. Ela calibra o ouvido docente para captar as frequências das resistências cotidianas que a norma pedagógica contemporânea, obcecada pela previsibilidade e pela métrica, insiste em silenciar. A análise subsequente examinará como esses encontros provocam deslocamentos nas subjetividades dos formandos, reafirmando que o currículo, quando atravessado pela radical historicidade da velhice, deixa de ser um plano de instrução para converter-se em um território de tradução intercultural e insurgência ética.

Em aberto, sempre...

A jornada analítica empreendida neste trabalho buscou, primordialmente, desestabilizar a hegemonia da razão indolente ao reposicionar as memórias de sujeitos idosos como uma clivagem epistemológica fundante para a formação docente contemporânea. Operando no interstício da história oral crítica, da hermenêutica da narrativa e do imperativo da justiça cognitiva, a reflexão demonstrou que o exílio dessas memórias nos itinerários formativos não constitui um mero subproduto de sua suposta fragmentariedade subjetiva. Antes, tal apagamento revela-se como o corolário de uma arquitetura da modernidade que instituiu clivagens hierárquicas entre os tempos da produtividade tecnicista e os tempos da experiência vivida. Ao entabular o desfecho deste exercício propedêutico, ratificam-se as contribuições estruturantes que balizaram a discussão.

No que tange à justiça epistêmica e à fenomenologia da velhice, o estudo esforça-se no sentido de conferir à senescência o estatuto ontológico de uma instância autônoma de produção de inteligibilidade. Ao confrontar o epistemicídio denunciado por Boaventura de Souza Santos (2019), buscou-se sustentar que as narrativas de pessoas idosas transcendem o estatuto de repositórios inertes de um passado musealizado; elas configuram-se como resistências ontológicas e dispositivos de tecelagem da ancestralidade enquanto tecnologia de futuro. Ao conferir visibilidade a saberes forjados na lida e na marginalidade, este trabalho tensionou a hegemonia da racionalidade técnica, asseverando que a velhice detém uma autoridade capaz de fissurar as monoculturas do saber acadêmico e de conferir uma espessura de longa duração à subjetividade docente, oferecendo-lhe um lastro de alteridade essencial para enfrentar o esvaziamento de sentido que assola as instituições educativas.

Em continuidade, a investigação caminhou no sentido de evidenciar a premência de um deslocamento paradigmático do currículo. As considerações aqui tecidas exilaram a memória da condição de recurso pedagógico subsidiário para elevá-la ao estatuto de dispositivo problematizador da arquitetura do saber escolar. Demonstrou-se que a incursão dessas narrativas na formação de professores promove a reconfiguração da persona docente, transmutando-a no intelectual da escuta. Tal proposição ergue-se como um contra-arresto necessário à padronização algorítmica e à redução da docência a um léxico de competências instrumentais, restituindo ao professor sua função de mediador de humanidades e protegendo-o da exaustão do presente e do colapso das utopias que caracterizam a crise civilizatória contemporânea.

Ademais, o esforço aqui empregado deu-se no sentido de promover uma síntese teórica transdisciplinar ao sistematizar o nexos entre a gerontologia educativa, a sociologia da memória e os giros decoloniais. A práxis desenvolvida junto à Vila Vicentina de Lavras revelou que tais instituições não devem ser interpretadas como depósitos de biografias inanes, mas como territórios de uma epistemologia do encontro, onde a *partilha da autoridade* (Frisch, 1990) permite à educação confrontar o eterno agora do capitalismo tardio e reinscrever-se na densidade das lutas existenciais.

Não obstante, é imperativo assinalar as fronteiras deste trabalho. Enquanto esforço de elaboração crítico-epistemológica, esta obra não esgota as mediações operacionais requeridas para a implementação de tais dispositivos em contextos institucionais rígidos. O labor com a memória da velhice exige uma vigilância ética ininterrupta, sob o risco de incorrerem em uma romantização idílica ou em uma nova forma de captura funcionalista da alteridade. Como desdobramento heurístico urgente, aponta-se a necessidade de pesquisas que examinem a viabilidade de currículos-narrativos territorializados, o que exigirá, inevitavelmente, uma reforma das matrizes curriculares das licenciaturas e o fortalecimento de políticas públicas de extensão que institucionalizem o diálogo intergeracional como eixo orgânico da formação docente primária e continuada.

Em última instância, ao ratificar que a memória da velhice é um fundamento político-pedagógico irrenunciável, este estudo busca contribuir para uma formação docente comprometida com a salvaguarda da dignidade humana através da palavra partilhada. Reconhecer o Outro em sua radical historicidade não é apenas um gesto pedagógico; é o ato insurgente de uma ética da alteridade sem a qual qualquer pretensão de justiça social permanecerá como um simulacro acadêmico frente à urgência de novos horizontes existenciais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AZEVEDO, Larissa; VELOSO, Braian. Diálogos entre Durkheim e Marcuse: análise das implicações educacionais na divisão social do trabalho. In: VELOSO, Braian; PARESCI, Claudinei Zagui; OLIVEIRA, Achilles Alves (Orgs.). *Debates críticos, provocativos e emergentes sobre educação e tecnologias*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 94-115.

BARBIER, René. *A escuta sensível*. Tradução de Lúcia M. Magno Silva. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 213-240 (Obras escolhidas, v. 1).

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

COSTA, Maria da Conceição Cavalcanti da. *Corpo e Velhice: um estudo da qualidade de vida de idosos da Vila Vicentina Júlia Freire em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

CURIEL, Ochy. *A Nação Heterossexual: análise do discurso jurídico e do regime heterossexual a partir da antropologia da dominação*. Rio de Janeiro: Enunciado, 2019.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Julia. Patrimônio documental da Vila Vicentina Julia Freire. *Arquivística: Revista do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília*, Brasília, DF, n. 1, p. 1-13, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISCH, Michael. *A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history*. Albany: State University of New York Press, 1990.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, Maria Célia S. et al. Terceiro Setor e assistência ao idoso: um estudo em uma instituição vicentina - João Pinheiro (MG). *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Assistência Social*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 119-130, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17/01/2026.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da decolonialidade*. Tradução de Zeljko Loparic. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2017.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995, p. 15-34.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. *O retorno ao ator: um estudo de caso sobre a trajetória escolar e profissional de longo curso de um jovem das camadas populares*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 2013. Disponível em <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Luiz%20Fernando%20de%20Oliveira.pdf>>, acesso em 13 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Paixão, criação, ética e cientificidade nas pesquisas compreensivas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 990-995, out./dez., 2015. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3420/pdf.13>>, acesso em 19 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. *Camadas populares: estudo de caso sobre educação, trabalho e cultura*. Düsseldorf, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. *Quando Sísifo alcança o topo da montanha: Escolarização de longo curso, vida socioprofissional e disposições culturais de sujeitos de origem popular*. 2017. 384 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/4f37197f-d05c-437e-b358-3ced1cb2022d/content>>, acesso em: 18 de maio de 2026.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Seis décadas de um projeto de plena democratização: reatualizando a atualidade brasileira com Paulo Freire. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e233625, 2020a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698233695>

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Seis décadas de um projeto de plena democratização: reatualizando a atualidade brasileira com Paulo Freire. *Revista UniFreire – Universitas Paulo Freire*, ano 8, e. 8, dez/2020b. p.152-176.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Paulo Freire e o compromisso ético-político da administração universitária. *Revista História da Educação (Online)*, Belo Horizonte, v. 27, e125466, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/125466>

OLIVEIRA, Luiz Fernando de.; PORTES, Écio Antônio. Ascensão e distanciamento na trajetória social, escolar e profissional de um jovem das camadas populares. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1145-1164, set./dez. 2014.

PINAR, William F. *O que é teoria curricular?* New York: Routledge, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Ensaio de história oral. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-126.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

SEGATO, Rita. *A crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por mandato*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP). *História e missão da SSVP*. Brasil: SSVP, 2024. Disponível em: <https://www.ssvpbrasil.org.br>. Acesso em: 19/01/2026.

SOUZA, Rildo Bento de. *Pobres, doentes e desvalidos: o Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como conceito estruturante na formação docente. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-554, 2008.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os autores declaram, para os fins devidos, que os dados não podem ser publicados, por se tratar aqui de uma pesquisa com seres humanos devidamente submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, conforme processo número 94431625.1.0000.5148.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CRediT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI):

Larissa Alves de Azevedo – Pesquisadora principal, participação ativa na análise dos dados e escrita do texto.

Luiz Fernando de Oliveira – Contribuições teóricas e escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os (as) autores (as) declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.